



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Palácio do Congresso Nacional, Anexo II, Ala A, Sala T33 Cep.: 70160-900  
Telefones: (61) 3216.6601 a 6611; Fax: (61) 3216.6610; Email: cdeic@camara.gov.br

**REQUERIMENTO N.º /2011.**

(Da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio)

Requer a revisão do despacho apostado ao Projeto de Lei 3.427/08, de modo que a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio se manifeste.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 32, inciso VI, alíneas “b” e “l” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o reexame do despacho inicial referente ao **PL 3.427 de 2008**, de autoria do Deputado Daniel Almeida (PCdoB/BA), que “*Acréscena à CLT o art. 818-A, altera os arts. 195 e 790-B e revoga os §§ 1º, 2º e 3º do art. 195 e os §§ 4º e 6º do art. 852-A, para dispor sobre ônus da prova nas reclamações sobre insalubridade e periculosidade e estabelecer critérios para a remuneração do perito em caso de assistência judiciária gratuita.*”, para que seja, também, distribuído à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

**JUSTIFICAÇÃO**

O projeto estabelece que, somente em casos excepcionais, o Ministério do Trabalho e Emprego atenderá requisições de empresas e sindicatos para a realização de perícia com o fim de caracterizar atividades insalubres ou perigosas.

Quanto ao ônus da prova nas reclamações sobre insalubridade e periculosidade, impõe à empresa comprovar que propicia a seus trabalhadores meio ambiente sadio e seguro ou que adotou as medidas preventivas para eliminar ou neutralizar os agentes nocivos e as causas de acidentes ou doenças ocupacionais.

Se a empresa não apresentar, com a defesa, documentação relativa aos programas e instrumentos preventivos de segurança e saúde no trabalho a que está obrigada a cumprir, o juiz poderá determinar a realização de prova pericial, a cargo da empresa.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Palácio do Congresso Nacional, Anexo II, Ala A , Sala T33 Cep.: 70160-900  
Telefones: (61) 3216.6601 a 6611; Fax: (61) 3216.6610; Email: cdeic@camara.gov.br

A matéria foi distribuída às Comissões de Trabalho (CTASP), e de Constituição e Justiça (CCJC). É de todo recomendável, contudo, que o projeto seja também apreciado pela Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (CDEIC).

Necessário avaliar os efeitos econômicos da proposição, pois acarreta prejuízos às empresas quando impõe ao empregador o ônus da prova, em razão de a proposta confundir os ônus sucumbenciais com a questão da inversão dos ônus da prova.

Regimentalmente, compete à CDEIC apreciar as proposições que, dentre outros assuntos, abordem questões relativas “à ordem econômica nacional”, e “a bases do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado”.

Dessa forma, por versar sobre matéria que interfere no funcionamento de empresas, a CDEIC deve apreciar o projeto, para que aponte as possíveis implicações econômicas do projeto.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2011.

Deputado **JOÃO MAIA**  
Presidente